

A FAMÍLIA BRASILEIRA E MARANHENSE: mudanças nas configurações sociofamiliares e continuidade da desigualdade social

Maria Jacinta Carneiro Jovino da Silva ¹

RESUMO

Aborda a desigualdade social entre as famílias brasileiras. Analisa as mudanças nas configurações sociofamiliares e entre elas destaca a desigualdade de renda.

Palavras-chave: família, configurações e desigualdade.

ABSTRACT

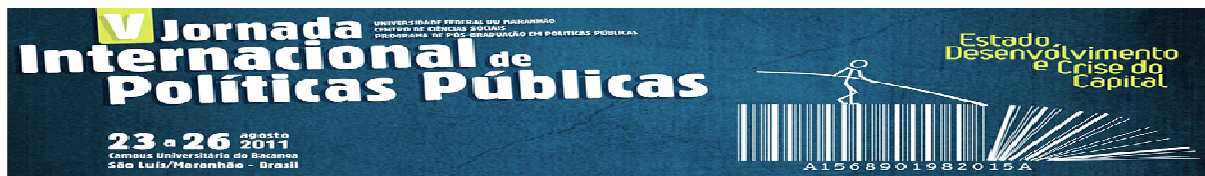
Approaches the social inequality between the Brazilian families. It analyzes the changes in the sociofamiliares configurations and among them it detaches the income inequality.

Keywords: family, configurations and inequality.

1 – INTRODUÇÃO

As mudanças na vida social, nas relações econômicas, no âmbito da cultura, nas transições demográficas e na história recente provocam profundas alterações na família. As mudanças nas famílias brasileiras começaram a ganhar visibilidade a partir da década de 1960, porém as mais significativas ocorreram: nas relações de gênero, a partir da crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços públicos, discussões sobre feminismo, desigualdades e direitos da mulher; nas redefinições jurídicas sobre as relações de conjugalidade; na conquista dos direitos sociais dos segmentos da família, como crianças, adolescentes e idosos; na tendência de redefinição dos padrões tradicionais de explicação sobre a família, de configuração e de relações no interior da família. Esse movimento está construindo um novo ordenamento sócio-jurídico e institucional, que abarca parte das mudanças, mas ainda não contempla a complexidade das mudanças em curso.

¹ Mestre em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. jacintacjovino@yahoo.com.br

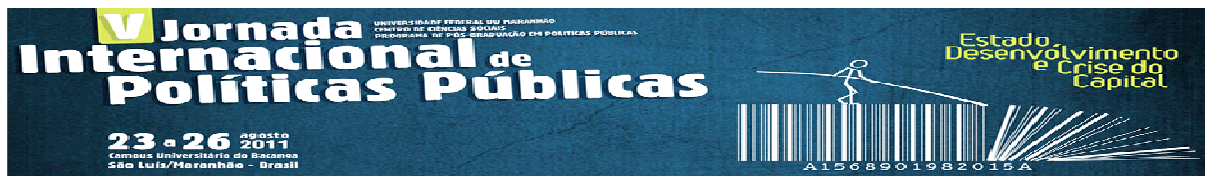


As alterações na família também são produto das profundas modificações no mundo do trabalho porque geram novas e perversas relações de trabalho, como: precarização das relações de trabalho; instabilidade e desregulamentação dos direitos trabalhistas; e a fragmentação do movimento sindical dificultando o acesso aos direitos regulamentados e submetendo os trabalhadores às novas regras do capital. Esse novo contexto societário tem produzido muita insegurança e desesperança nas famílias, visto que amplia o desemprego, impõe as condições de subemprego, produz e reproduz a pobreza, a extrema pobreza e a desigualdade social entre famílias brasileiras. Desse modo, a luta pela provisão familiar tem contribuído para a desproteção da família, na medida em que afasta, dificulta, e em muitos casos, impede uma convivência familiar mais participativa e educativa entre casais, pais e/ou mães e seus filhos. As dificuldades deste contexto têm exigido de homens e mulheres uma dedicação de tempo muito maior à luta pela sobrevivência do que à convivência familiar.

Este trabalho é parte de um capítulo da Tese de Doutorado da autora intitulada *A Centralidade na Família no âmbito da Política de Assistência Social: uma análise da prática dos profissionais e o significado na vida dos usuários*. O marco temporal do Projeto de Tese foi de 1999, marco da primeira Política Nacional de Assistência Social, até dois anos depois da implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ou seja, o ano de 2007. Por esta razão, os indicadores sociais utilizados neste trabalho são referente ano de 2007, mas relativos aos conteúdos dos documentos do IBGE publicados no ano de 2008.

2 - FAMÍLIA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: uma análise a partir da renda

A compreensão sobre a desigualdade solicita a discussão da relação entre igualdade e desigualdade, porque uma não existe sem a outra, mas cada uma permite apreender o significado da outra. Independente do plano em que são abordadas - no econômico, social, cultural, ou político - ou nos espaços onde se efetivam: nas relações de trabalho, de raça/etnia, de gênero ou nas relações sociofamiliares -, existe a correlação entre igualdade e desigualdade. “O que os distingue e os diferencia são os conteúdos e significados que lhes são atribuídos, o que por sua vez impõe as formas de sua superação ou sedimentação” (SCHWARTZ, NOGUEIRA, 2000, p. 95). Um sistema de desigualdade pode estar, no limite, articulado a um sistema de exclusão. A igualdade está



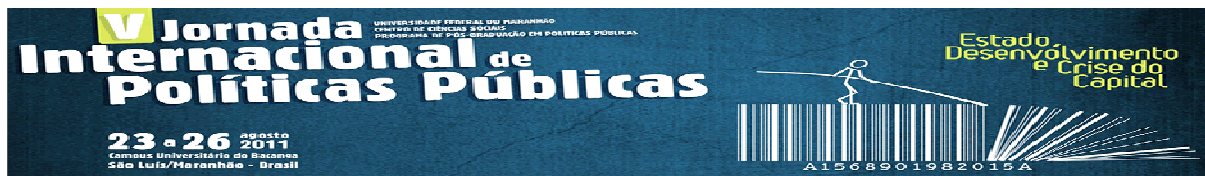
relacionada ao significado dos direitos sociais e à garantia de liberdades civis e políticas, implícitas na concepção de cidadania.

As condições sociais e econômicas das famílias brasileiras são profundamente desiguais, demarcadas principalmente pela inserção ou não no mercado de trabalho, formal ou informal, e principalmente, pelo enorme fosso na diferenciação nas condições de renda. A diferença entre a remuneração do trabalho constitui o indicador mais importante para avaliar as condições de pobreza e de desigualdade social. Nas famílias brasileiras, o nível de pobreza não se explica pela demografia: não é o tamanho da família nem as taxas elevadas de fecundidade que fazem as famílias serem mais pobres. Se fosse ao contrário, a desigualdade social entre as famílias brasileiras seria menos profunda e devastadora.

No Brasil, o papel da composição familiar e da organização da família para o trabalho na diferenciação dos ricos e não-ricos é limitado se comparado ao efeito que a remuneração do trabalho tem nessa distinção... Sendo assim, desigualdades na remuneração do trabalho são a principal explicação para as diferenças de renda observadas entre as famílias ricas e não ricas (MEDEIROS, 2004, p. 16).

No ano de 2007, no Brasil, mais de 10% das famílias sobreviviam sem nenhuma renda ou com apenas $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, expressando condição de indigência². Com renda até $\frac{1}{2}$ salário mínimo estavam 15,6% das famílias. Somadas as famílias destas duas faixas de renda, estão mais de 26% das famílias brasileiras em condição de pobreza e de indigência. Tomadas em separado, as famílias que recebem de $\frac{1}{2}$ até um salário mínimo representam um percentual maior, de 27%. Entretanto, na faixa maior de rendimentos, com mais de 5 salários mínimos, estão uma pequena minoria: 5,5 % das famílias. Essa extrema diferença nos níveis de renda expressa a desigualdade social entre as famílias brasileiras (IBGE, 2008, p. 89).

² Nos estudos sobre pobreza existem várias metodologias para avaliar o grau de pobreza e critérios para definição de linhas de pobreza. As principais linhas de pobreza utilizadas atualmente no Brasil são: as baseadas nas frações do salário mínimo (distinção entre pobres, com renda *percapita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário; e indigentes com $\frac{1}{4}$ do salário mínimo); as baseadas na estrutura do consumo de alimentos básico (na condição de indigentes, miseráveis ou extremamente pobres estão as pessoas cuja renda é insuficiente para comprar os alimentos básicos aos preços vigentes; e os pobres estão acima dos indigentes, no geral com o dobro da renda da extrema pobreza, que podem comprar uma cesta mínima de alimentos para o consumo); a linha de pobreza do Banco Mundial baseada no gasto do valor de U\$ 1,00 por dia (na condição de pobreza absoluta estão as pessoas com rendimento inferior a um dólar por dia; em situação de miséria, com U\$1,25 ao dia; e pobreza, com U\$ 2,00 ao dia) (ROCHA, 2005, p. 9-25). Neste trabalho utilizo expressões relativas à linha de pobreza: pobres e indigentes.

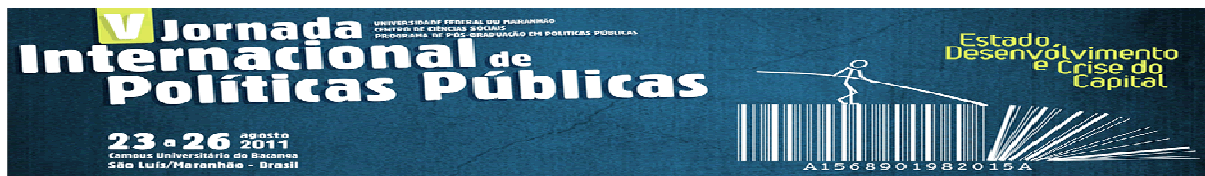


A desigualdade nas condições de renda aparece com mais evidência na Região Nordeste e no Estado do Maranhão, principalmente quando comparada à Região Sudeste. No ano de 2007, no Nordeste, 22,% das famílias sobreviviam sem nenhuma renda ou com até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, ou seja, em condição de indigência. Na situação de pobreza, com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo estavam 24,7% das famílias. Somados os esses dados de indigência e de pobreza estão nestas condições mais de 50% das famílias nordestinas. Em 2007, dentre as regiões brasileiras, as famílias do Nordeste sobreviveram com os maiores índices de indigência e de pobreza do país. Neste ano o Maranhão apresentou os piores índices de renda do país e da região: 52,5% das famílias não têm renda ou recebem apenas de $\frac{1}{4}$ ou até $\frac{1}{2}$ salário mínimo: 21,9% das famílias estavam na linha de indigência e 25,2% na de pobreza. Com renda de até um salário mínimo, estavam 26,4% das famílias maranhenses.

A desigualdade social entre as famílias brasileiras é muito mais expressiva devido as diferenças entre os rendimentos e as condições sociais entre os centros urbanos e suas regiões periféricas. No Nordeste, apenas 2,4% as famílias nordestinas e 1,8 % das maranhenses, estavam em 2007 na faixa maior de renda, com mais de 5 salários, enquanto no Sudeste, 6,9% de famílias recebem de 5 a mais salários mínimos. O fosso maior da desigualdade de renda é observado, comparando os dados acima com os de Brasília, onde 19,5% das famílias têm rendimento acima de 5 salários mínimos, representando os maiores índices de renda de todo país. Portanto, a distribuição de renda no país é profundamente desigual, expressando o acirramento do fosso social entre a maioria das famílias das camadas mais pobres e a minoria das famílias ricas.

3 - MUDANÇAS NA FAMÍLIA BRASILEIRA E MARANHENSE: uma análise sobre novas as novas formas de viver em família sobre a persistência da desigualdade social

As mudanças ocorridas nas famílias brasileiras foram de tamanha magnitude que para Goldani (2007, p. 224) contamos hoje com famílias “verdadeiramente reinventadas”. A partir do início dos anos de 1990, as famílias brasileiras passaram a apresentar mudanças nas suas características, que indicam novas e diversas formas de sua configuração: a redução no tamanho médio das famílias e do número de filhos; o predomínio das famílias nucleares, mas com uma queda bastante acentuada comparando



com os períodos anteriores; o aumento significativo das famílias monoparentais, com predominância das mulheres como responsáveis; o aumento das famílias recompostas, a partir de separações, divórcios e novos casamentos; o aumento de pessoas que vivem sós, principalmente nos espaços urbanos (GOLDANI, 1994, p. 12). Na atualidade, a família não está mais limitada à tradicional forma nuclear e conjugal, mas apresenta um processo de reorganização e diversificação em suas configurações, de modo que não é mais coerente falar de família, mas de sim de “famílias”.

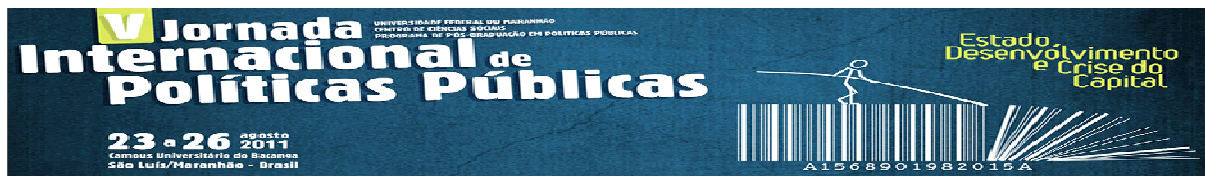
O tamanho médio de cada família brasileira está cada vez mais reduzido. No ano de 2007, no Brasil, as famílias têm em média 3,1 pessoas. No Nordeste a média é de 3,4 pessoas por família e no Maranhão é um pouco maior: 3,6 pessoas (IBGE, 2008, p. 94). Entretanto, as PNAD dos últimos dez anos mostraram que os brasileiros ainda têm nas relações de parentesco, com base na consangüinidade e no casamento, um dos principais eixos para a constituição familiar: em 1997 as famílias com laços de parentesco eram 91,5% e em 2007 houve uma leve queda para 88,6%, demonstrando que na maioria das famílias brasileiras as pessoas estão vinculadas por com laços de parentesco (IBGE (2008, p. 88).

TABELA 1 - Distribuição de famílias, por tipo de configurações, residentes em domicílios particulares e vinculadas por laços de parentesco – 2007.

BRASIL, REGIÃO E ESTADO	Casal sem filhos	Família nuclear	Família Monop. feminina	Outros tipos de família
BRASIL	16,0	48,9	17,4	6,2
NORDESTE	14,0	50,4	19,5	6,5
MARANHÃO	13,2	52,6	20,4	6,1

FONTE: IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, 2008. Elaboração da autora.

Dentre as famílias organizadas pelos laços de parentesco, o IBGE apresentou tipos distintos: casal sem filhos; casal com filhos (família nuclear); mulher sem cônjuge com filhos (família monoparental feminina); e outros tipos de família. Os indicadores sociais mostraram que no conjunto das famílias com laços de parentesco do Brasil, as famílias compostas apenas pelo casal, ou seja, sem filhos, que em 1997 eram um percentual de 12,9%, em 2007 avançou para 16%. No Nordeste, em 2007, esta forma de organização familiar representou 14% e no Maranhão alcançou um percentual de 13,2% (IBGE, 2008, p. 88).

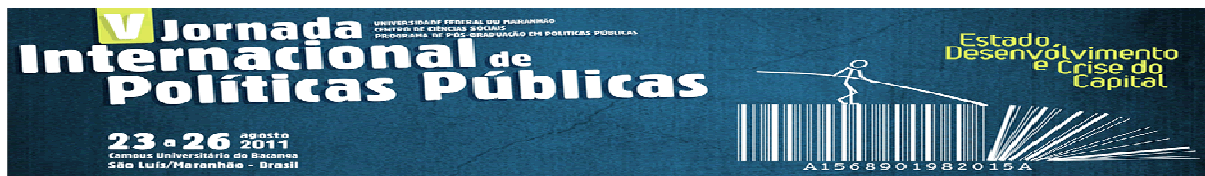


De modo geral, no Brasil o casal sem filhos apresentava, em 2007, um rendimento *percapita* considerado menos pobre se comparado com as outras configurações familiares. No Brasil em 2007, 29,1% desses casais tinham rendimento *percapita* de mais de 2 salários mínimos e 30,7% recebiam mais de 1 a 2 salários mínimos. No Sudeste, os casais sem filhos estavam em situação de renda melhor que no conjunto do Brasil, visto que 33,4% tinham renda na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos e 35% recebiam mais de dois. No Nordeste, comprovando as desigualdades regionais, as condições desses casais são invertidas às do sudeste, visto que 43,1% deles sobrevivem sem nenhuma renda ou com menos de 1 salário mínimo. Um percentual de 24,3% destas famílias está na faixa de até $\frac{1}{2}$, em condição de indigente e de pobre. Apenas 13,5% dos casais sem filhos no Nordeste sobrevivem com rendimento renda superior a 2 salários mínimos.

As relações de parentesco estão perdendo força na constituição das famílias brasileiras. No Brasil, as famílias nucleares, constituídas de casal com filhos, que em 1997 representava um 56% das famílias brasileiras, em 2007 passou para 48,9%. No Nordeste as famílias nucleares são mais numerosas que no Brasil, com um percentual de 50,4%. No Maranhão, essas famílias, apesar da tendência de redução desse tipo de família no Brasil, são ainda mais numerosas do que a média das famílias brasileiras: em 2007 representaram 52,6% das famílias maranhenses, perdendo apenas para a Região Norte, com 52,4% e para os Estados do Amazonas e do Acre, com 54,1% e 53,5%, respectivamente.

Em 1997, entre as famílias nucleares brasileiras, somente 2,4% tinham a mulher como pessoa de referência, mas em 2007 essa proporção passou para 11,2%, indicando uma mudança nos padrões tradicionais. No entanto, como afirma Fonseca (2008, p. 517), desde os tempos de outrora, “as mulheres pobres sempre trabalharam fora de casa”. Arendt (2000, p. 57) contribui afirmando que a construção ideológica “família” se define como um dos espaços mais hierárquicos e marcados por profunda desigualdade.

Os Indicadores Sociais do IBGE uma enorme diferença entre os rendimentos das famílias nucleares do Brasil e as do Nordeste no ano de 2007. De modo geral, no Brasil 58,9% das famílias nucleares sobrevivem sem nenhuma renda, com $\frac{1}{2}$ salário mínimo ou com até 1 salário mínimo. No Nordeste, as condições de sobrevivência são de pobreza e de extrema pobreza, visto que 55,5% das famílias nucleares sobrevivem sem nenhuma renda ou com rendimento de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Somando o percentual de famílias



nesta faixa de renda com o daquelas que tem renda de até um salário mínimo, teremos 80,1% das famílias nucleares nordestinas. A diferença entre o percentual de famílias nucleares brasileiras e as nordestinas, nos níveis de renda de mais de um salário mínimo, é maior de 50%: duas famílias no Brasil para cada uma nordestina. A diferença de renda é ainda maior entre as famílias nucleares nordestinas e as do Sudeste: as primeiras são 36% mais pobres do que as do Sudeste (IBGE, 2008, p. 92-94), confirmando a existência de um enorme fosso de desigualdade entre as famílias brasileiras mais pobres e as mais ricas.

De acordo com os Indicadores Sociais do IBGE, em 2007 existia no Brasil um total de 11,8 milhões de famílias monoparentais, que representavam um percentual de 19,6% do total das famílias brasileiras, onde as mulheres assumiram a responsabilidade por 17,44% dessas famílias e apenas 2,22% dessas famílias tiveram o homem como referência. No entanto, as famílias monoparentais femininas representam 58% do total das famílias brasileiras que têm a mulher como pessoa de referência, ou seja, dentre 19,8 milhões de famílias. Merece destaque também que 90,2% das famílias monoparentais femininas têm filhos menores de 16 anos. No Nordeste, as famílias monoparentais atingiram um percentual de 19,5% e no Estado do Maranhão, representavam 20,4% (IBGE, 2008, p. 94-95).

Em 2007, as famílias monoparentais femininas estavam entre as famílias com piores condições de renda no Brasil, mas não são as únicas. De acordo com a tabela abaixo, das famílias monoparentais, 37,8% não tinham nenhuma renda ou alcançavam um rendimento de até $\frac{1}{2}$ do salário mínimo: uma situação social de indigência e de pobreza. Na faixa de renda entre $\frac{1}{2}$ até 1 salário mínimo estavam mais 26,9% dessas famílias, de modo que a soma dos dois níveis de renda, resulta em um percentual de 64,7% famílias monoparentais femininas que recebiam uma renda percapta de até 1 salário mínimo. Em situação um pouco diferente estavam as famílias nucleares, também em 2007, com uma diferença de 6,7% a mais que as monoparentais, na faixa de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Nos outros níveis de renda, as famílias nucleares tinham renda um pouco melhor do que as monoparentais.

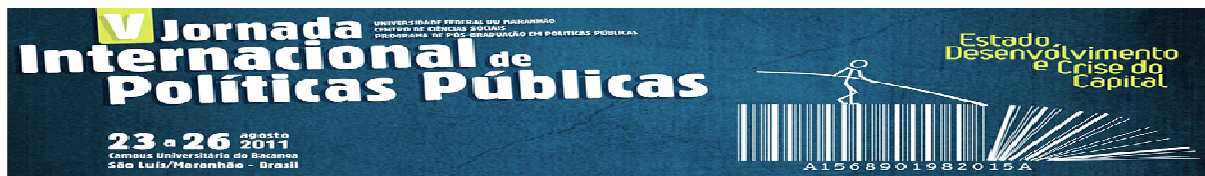


TABELA 2 - Tipos de família e distribuição percentual por rendimento familiar *percapita* (Salário Mínimo -%) - Brasil – 2007.

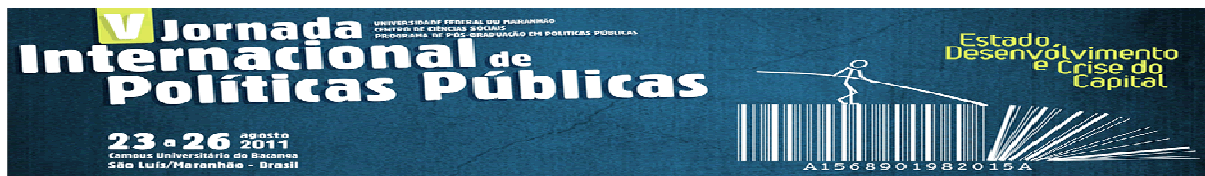
TIPOS DE FAMÍLIA	Até 1/2	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2	Sem Renda	Sem Declarar
FAMÍLIA NUCLEAR	29,9	27,8	22,5	16,1	1,2	2,5
CASAL SEM FILHOS	11,2	24,7	30,7	29,1	1,8	2,5
MONOP. MASCULINA	24,0	27,4	24,0	17,9	3,6	3,2
MONOP. FEMININA	30,9	26,9	20,5	12,3	6,9	6,5

FONTE: IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, 2008. Elaboração da autora.

Ao compararmos a renda por sexo da pessoa de referência, independentemente de a família ser identificada como monoparental ou nuclear, encontramos uma diferença pouco significativa na faixa de renda *percapita* de $\frac{1}{2}$ e até 1 um salário: 50,3% das famílias de referência masculina e 50,6% com referência feminina. Entretanto, entre as famílias monoparentais, as diferenças de renda são mais favoráveis para as de referência masculinas, principalmente na faixa de extrema pobreza, sem nenhuma renda e com até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Na faixa de renda mais elevada, a diferença é bem menor.

Uma mudança significativa na sociabilidade das famílias brasileiras foi um aumento considerável na proporção de pessoas que vivem sós, em unidades residenciais unipessoais. Em 1997, “os arranjos familiares unipessoais” no Brasil representavam um percentual de 8,3%, mas em 2007 passaram para 11,1 %. No Nordeste e em 2007, as pessoas sozinhas atingiram um percentual de 9,3%. No Maranhão, elas representam um percentual de 7,1%, correspondente a 125 mil unidades unipessoais. Esse crescimento expressa uma tendência nos últimos anos, explicada pela redução das taxas de mortalidade e do aumento da esperança de vida, principalmente para as mulheres. Em 2007, das pessoas que moravam sozinhas no Nordeste, 39,8 % estão com 60 anos ou mais. No Maranhão, um percentual maior, de 44,1% está nessa mesma etária (IBGE, 2008, p.166).

As pessoas que moram sozinhas em unidades domiciliares unipessoais no Brasil, conforme dados do IBGE, em 2007, viviam condições de vida um pouco melhores do que aquelas integrantes de uma família nuclear e também de uma monoparental feminina. Um percentual de 10,8 % dessas pessoas viviam em condições precárias, sem nenhuma renda ou com rendimento entre $\frac{1}{2}$ e menos de um salário mínimo. Os maiores percentuais de renda das pessoas que moram só estão nas faixas mais altas: 27,6% delas estavam na faixa de mais de um a dois salários mínimos e 34,9% recebiam mais de 2 salários



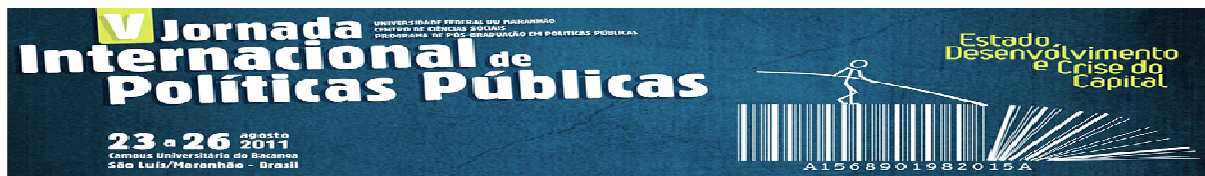
mínimos. No Nordeste a situação dessas pessoas piora, mas não alcança a situação das famílias nucleares: 14,6 estavam em condição de extrema pobreza, ou seja, sem renda ou com rendimento inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo; 41,7% estavam em condição de pobreza, com até 1 salário mínimo. No Maranhão a situação é próxima da nordestina: 53,9 % das pessoas que viviam sozinhas tinham renda inferior ou até 1 salário mínimo e numa condição melhor, com mais de 2 salários, estavam apenas 18,9 dessas pessoas.

O movimento demográfico contribui de forma marcante para as mudanças nas famílias brasileiras. Em 2007, a PNAD revelou que no Brasil existem quase 20 milhões de idosos, correspondendo a 10,5% da população. No nordeste, o percentual é de 9,8% e no Maranhão alcançou 8,5%. Porém, no período de 1997 para 2007, o crescimento relativo da população brasileira foi de 21,6%, enquanto o da população idosa apresentou um incremento superior: de 47% (para 60 anos ou mais) e de 86% (para 80 anos ou mais) (IBGE, 2008). Para a compreensão da relação entre famílias e idosos, merece destaque que no ano de 2007, do total das famílias brasileiras com laços de parentesco, 48,4% tem presença de idosos, favorecendo a convivência gerações. No Brasil e em 2007, 64,9% dos idosos eram pessoas de referência da família e 20,1% estavam na condição de cônjuges.

Os dados do IBGE /PNAD revelam que a maioria dos idosos brasileiros são aposentados e/ou pensionistas: 76,1% no país, 77,9% no nordeste e 83% no Maranhão. Para a maioria das famílias brasileiras, a contribuição dos idosos com a renda mensal domiciliar representa uma fonte de provisão significativa ou a contribuição mais importante. No Brasil, 53% dos idosos contribuem com mais de 50% ou até 90% da sua renda. No nordeste, onde o nível de pobreza é mais elevado, 63% dos idosos contribuem com o mesmo percentual de renda para a manutenção da família. No Maranhão, onde o nível de indigência e de pobreza é ainda maior, o percentual de idosos que contribuem com a provisão familiar sobe para 58,6%, com o mesmo percentual de suas rendas. Assim, no Maranhão, quase 60% das famílias dependem da renda dos seus idosos.

3- CONCLUSÃO

A discussão sobre as diferentes formas de configuração sociofamiliar, associadas às suas condições de pobreza, permitem compreender o retrato da pobreza e da desigualdade social nas famílias brasileiras. Mostra que as famílias brasileiras,



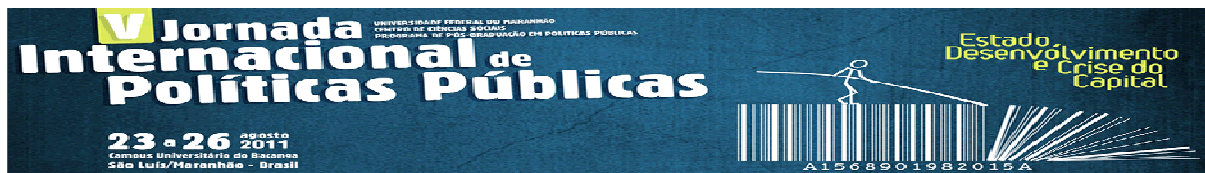
principalmente às do Nordeste e do Estado do Maranhão, estão cada vez mais expostas aos riscos que a pobreza e a exclusão social produzem sobre cada um dos seus membros. Mais do que isso, as condições de vida da maioria das famílias, comprova a sua necessidade de proteção social do Estado em caráter de urgência. Indicam as dificuldades das famílias para garantir a provisão mínima das necessidades básicas para a reprodução social. Ao mesmo tempo, também denunciam a quase ausência de políticas públicas voltadas para a inserção ao trabalho e à renda, no sentido de possibilitar às pessoas de referência e demais pessoas adultas, condições de autonomia para garantir a satisfação das necessidades humanas básicas dos seus integrantes, dentro dos parâmetros de uma vida digna.

Diante das limitações para alterar o quadro das desigualdades sociais, as famílias buscam estratégias garantir a provisão de suas necessidades materiais de sobrevivência. Essas estratégias se efetivam em uma sociedade fragilizada em suas bases fundamentais, frente à crescente inversão de valores morais e de princípios éticos. A fragilidade da vida social reproduz a desigualdade nas experiências familiares, na contramão dos direitos sociais, favorecendo a inserção excludente de crianças, adolescentes e jovens em atividade de risco e/ou ilícitas, como: o trabalho infantil; a exploração sexual; o trabalho na rede de comercialização e distribuição de drogas; e a mendicância. Principalmente nas famílias mais empobrecidas, as possibilidades de criação de estratégias para a manutenção familiar são mais reduzidas, a reprodução da desigualdade faz parecer que nessas famílias, os vínculos afetivos e as relações de solidariedade têm menos importância do que a luta pela sobrevivência. Porém, as contradições da família também são expressas no desnível cultural e nas dificuldades de acesso às informações sobre os direitos dos seus segmentos.

4 - REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOLDANI, Ana M. **As famílias brasileiras**: mudanças e perspectivas. In: Cadernos de Pesquisa. FCC. Revista de Estudos e Pesquisas em Educação. São Paulo: n. 91, nov. / 1994.



GOLDANI, Ana M. **Reinventar políticas para famílias reinventadas**: entre la realidad brasileña y la utopia. In Irma Arriagada (Org). *Famílias y políticas públicas em America Latina: uma historia de desencuentros*. Santiago de Chile.CEPAL/UNFPA, 2007.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira, 2008. Estudos e Pesquisas. n. 23, Rio de Janeiro: 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**: Síntese de Indicadores 2007.Diretoria de Pesquisa.28. Rio de Janeiro: 2009.

MEDEIROS, Marcelo. **Estrutura familiar e rendimentos do trabalho dos ricos no Brasil**. Texto para discussão nº 1015. Brasília, DF: IPEA, 2004.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil**: afinal, do que se trata? 2.ed. Rio de Janeiro: Editora. Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SCHWARTZ, Eda; NOGUEIRA, V. M. Ribeiro. **Exclusão social**: a desigualdade do século XX. In Revista Ser Social. Número 6, jan./jun de 2000. (Questão Social e Serviço Social).